

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

União calcula perda de quase R\$ 1,3 trilhão com renegociação

RS, SP, MG e RJ respondem por 90% da dívida com o governo federal

/ CONTAS PÚBLICAS

A União pode abrir mão de quase R\$ 1,3 trilhão de receitas financeiras até 2048 com a renegociação da dívida dos estados, aprovada por meio do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Esse é o impacto potencial do texto sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo cálculos do próprio Tesouro Nacional obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Até então, o órgão só havia divulgado dados referentes aos primeiros cinco anos de vigência do novo programa, sem dar publicidade ao impacto integral, incluindo os períodos seguintes. Além disso, o cálculo foi feito só depois da aprovação do projeto pelo Congresso Nacional, eliminando a possibilidade de os números servirem de alerta aos parlamentares sobre o risco para as contas do País.

Embora os valores retratem a hipótese de adesão de todos os estados, quatro deles respondem, sozinhos, por 90% da dívida com a União: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Na prática, significa que seu ingresso já será suficiente para materializar a maior parte das perdas estimadas pelos técnicos.

Para chegar aos números, o Tesouro Nacional simulou as prestações devidas pelos estados sob as regras atuais e em dois cenários do Propag. Em um deles, as perdas anuais começam em R\$ 30 bilhões e alcançam R\$ 82,6 bilhões - seria como abrir



Impacto projetado pelo Planalto compreende o período até 2048

mão de 18% a 50% do orçamento do Bolsa Família por ano.

A perda de receitas financeiras não afeta o limite de despesas do arcabouço fiscal, nem o cumprimento das metas de resultado primário, mas pode impulsionar a dívida pública do País.

O Propag prevê duas mudanças significativas nos encargos da dívida dos estados com a União. A primeira delas é a possibilidade de reduzir os juros reais de 4% para 0% ao ano, mediante entrega de ativos ou compromisso com investimentos em áreas específicas.

A segunda é a simplificação do coeficiente de atualização monetária da dívida, que hoje segue uma fórmula complexa e resulta em uma correção ao redor de 6,5% ao ano, acima da inflação. O texto substitui essa variável pelo IPCA, que deve ficar em 5,65% em 2025, segundo o Bolelim Focus, do Banco Central.

O impacto que soma quase R\$ 1,3 trilhão nas receitas financeiras da União até 2048 considera o cenário em que todos os estados façam adesão ao Propag na modalidade com juro real zero. Essa seria a opção mais vantajosa para os entes regionais.

Em outro cenário, com menores exigências e cobrança de juro real de 2% ao ano, a adesão de todos os estados implicaria uma renúncia de quase R\$ 794 bilhões em receitas financeiras até 2047, segundo os dados do Tesouro Nacional.

Em ambos os casos, a União passa a ter um ganho de receitas no fim da década de 2040, quando os estados pagarão parcelas maiores que as atuais devido ao alongamento da dívida. Ainda assim, isso é insuficiente para compensar as perdas acumuladas nas mais de duas décadas que precedem essa etapa.

Benefício varia conforme contrapartida dos estados

Para obter o benefício máximo (juro zero), os estados precisam abater 20% do saldo devedor mediante entrega de ativos, ou destinar parte do alívio a investimentos em educação, infraestrutura de saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública. É possível também optar por uma combinação intermediária

das duas contrapartidas.

Quando fez a divulgação dos impactos do programa no período de cinco anos, o Tesouro incluiu na conta o ganho que teria com a apropriação dos ativos (como ações de empresas estatais ou imóveis), um valor equivalente a R\$ 162,5 bilhões. Essa cifra é maior do que a perda de receitas verificada em cinco anos (R\$ 157

bilhões). O Tesouro usou esse dado para apontar um suposto lucro com o Propag.

Mas os dados mostram que o ganho é muito menor do que o impacto total da renegociação. Além disso, os cálculos desconsideram o fato de que esses ativos nem sempre representam dinheiro imediato, e a venda pode ocorrer por um preço distinto.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Evangélicos na disputa com Lula

A Frente Parlamentar Evangélica, agora sob o comando do deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP), vai entrar com força no debate econômico. O objetivo é disputar com Lula em 2026. A vitória de Gilberto Nascimento é vista como uma maneira de afastar a Bancada Evangélica do Palácio do Planalto. A deputada federal gaúcha Reginete Bispo (PT, foto), suplente do deputado Paulo Pimenta, fez à coluna **Repórter Brasília**, uma análise da nova postura da Bancada Evangélica.



GABRIEL PAIVA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/IC

Bolsonaro não é candidato

Para Reginete Bispo, dois pontos devem ser colocados: primeiro, Jair Bolsonaro (PL) não é candidato em 2026. Segundo, é importante ressaltar que a Frente Evangélica é composta por vários segmentos, com diferentes congregações. “Nós temos, por exemplo, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) na Frente Evangélica.”

Vejo como muito ruim

“O que a gente viu nas últimas décadas e que agora tem essa configuração de fazer uso da política, de estarem organizadas politicamente, passa muito “pela nossa concepção neopentecostal”, afirmou Reginete Bispo. “Defendem uma certa prosperidade, que está muito vinculada ao aspecto econômico. Fora isso, não quer dizer que melhore a vida dos seus seguidores, dos seus adeptos, mas eu vejo isso como muito ruim”, criticou a parlamentar petista.

Comercializar a fé

Na opinião de Reginete Bispo, que não economizou adjetivos, “alguns evangélicos têm um perfil de comercializar a fé. São pessoas que enriqueceram comercializando a fé, explorando a fé de pessoas simples, pessoas oprimidas. Fazem disputa política e se associaram com o que tem de pior nesse País. Se associaram ao fascismo, que caminha de braços dados com o racismo, com o supremacismo”.

Mais oportunismo do que cristianismo

Para Reginete Bispo, “a Frente Evangélica, os parlamentares que compõem essa frente, os líderes religiosos se utilizam da fé, da confiança das pessoas, usam a Igreja para fazer disputa política, e uma disputa apoiando concepções políticas que não têm nada a ver com cristianismo, é mais oportunismo do que cristianismo”.

Atrocidades em nome da fé

“Em nome da fé, em nome de Deus, em nome da religião vão fazendo atrocidade nesse País”, disparou a congressista gaúcha acentuando: “tenho a impressão que, nesse último período, as bases dessas igrejas também começam a perceber que essa entrada, esse uso da fé na política, também afeta as igrejas, afeta as pessoas”. Para Reginete Bispo, “nós precisamos de uma política precisa, de políticas públicas sérias e que resolvam o problema delas, do emprego, por exemplo”.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323

MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade